



90

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0345316-1 (N.P.U. 0008014-37.2014.8.17.0000)

Impetrante: Luiz Paulo Vieira de Lima

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO HUMANO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE PRÓTESE MANDIBULAR. PORTADOR DE NEOPLASIA BENIGNA DO OSSO DA MANDÍBULA (CID10: D16.5). PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. NÃO CONHECIDA. COATOR SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO. ENTENDIMENTO PACIFICADO. SÚMULA Nº 18 DESTES TRIBUNAL. PEDIDO DE EXCLUSÃO OU REDUÇÃO DA ASTREINTE, A QUAL FOI FIXADA NO VALOR DE R\$1.000,00 (UM MIL REAIS). IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. PREJUDICADO O AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO UNÂNIME.

1. Constata-se a proposição de mandado de segurança com o intuito de determinar que a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco forneça prótese mandibular customizada com inclusão do componente têmporo-mandibular esquerdo para o impetrante, o qual é portador de Neoplasia benigna do osso da mandíbula (CID10: D16.5).

2. A fundamentação do Estado foge da premissa contida no disposto nos arts. 196, 197 e 198 da Constituição Federal e do preceituado nos arts. 2º, §1º e 6º, I, D, da Lei 8.080/90.

3. A Administração Pública tem que assegurar as mínimas condições de dignidade aos seus cidadãos, tendo todos direito à assistência médica.

4. Atente-se, sobretudo, que o Sistema de Saúde pressupõe uma assistência integral, no plano singular ou coletivo, na conformidade das necessidades de cada paciente, independente da espécie e nível de enfermidade, razão pela qual, comprovada a necessidade do medicamento para a garantia da vida do paciente, entendendo-se VIDA em seu mais amplo conceito, deverá ela ser fornecido.



97

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

5. A matéria dos autos já foi estafantemente discutida neste Tribunal, o qual se posiciona pelo fornecimento da prótese requerida pelo autor, ainda que ausente em lista oficial.
6. Aplicação da súmula nº 18 deste Tribunal: “É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.”
7. Incabível a exclusão ou a redução do valor da multa diária fixada em R\$1.000,00 (um mil reais), visto que as *astreintes* tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do executado. O valor arbitrado está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos.
8. Segurança concedida, prejudicado o agravo regimental. Decisão unânime

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº. 0345316-1, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem o Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, CONCEDER a segurança, prejudicado o agravo regimental, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



91
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0345316-1 (N.P.U. 0008014-37.2014.8.17.0000)

Impetrante: Luiz Paulo Vieira de Lima

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado por Luiz Paulo Vieira de Lima, contra ato omissivo ilegal praticado pelo Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, consubstanciado na inércia em relação a pedido administrativo deduzido pelo impetrante através do qual lhe foi solicitado o fornecimento de PRÓTESE MANDIBULAR customizada com inclusão do componente têmporo-mandibular esquerdo, em decorrência de ser portador de neoplasia benigna do osso da mandíbula (CID10:D16.5).

Aduz que a implantação da prótese mencionada é necessária para que haja retomada das suas funções orofaciais e da sua vida social, uma vez que ambas estão sendo prejudicadas pelo tumor na mandíbula, aumentando o quadro depressivo em que se encontra o impetrante.

Argumenta ser dever do Estado, determinado pela Constituição Federal, assegurar o direito à saúde de todos os cidadãos, ressaltando a imprescindibilidade da procedimento pleiteado, na medida em que, de acordo com os profissionais que acompanham seu caso, a prótese que virá a ser confeccionada é a única forma de retomada do pleno bem-estar do paciente.

Ainda na inicial, indicou a presença dos requisitos do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, pelo que requereu a concessão de liminar a fim de que o Secretário de Saúde autorize o fornecimento da prótese requerida.

Requereu os benefícios da justiça gratuita, na medida em que não possui condições financeiras que lhe possibilitem arcar com o pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Através da decisão de fls. 35/38 foi deferido o pleito liminar, contra o qual foi interposto agravo regimental (fls. 65/79) ainda pendente de julgamento.

Devidamente notificada, a indigitada autoridade coatora fez colacionar informações às fls. 49/63 alegando, preliminarmente, a ausência de prova pré-constituída. No mérito, aduz



92

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

que não há demonstração da eficácia do tratamento, nem é possível aferir se a linha de tratamento solicitada é a aplicada e aceita como correta e eficaz pelo SUS. De outro lado, alega, ainda, a violação dos princípios da isonomia, da reserva do possível e da separação dos poderes. Por último, pede a exclusão das astreintes ou, ao menos, a redução do seu valor.

Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral de Justiça lançou parecer pela concessão da segurança (fls. 85/88).

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 15 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



as

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0345316-1 (N.P.U. 0008014-37.2014.8.17.0000)

Impetrante: Luiz Paulo Vieira de Lima

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO: PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉCONSTITUÍDA

No tocante à preliminar supracitada, reservo-me para apreciar o alegado quando da análise do mérito, por se confundir com este.

Pelo exposto, NÃO CONHEÇO a preliminar.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



GA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Grupo de Câmaras de Direito Público

Mandado de Segurança nº. 0345316-1 (N.P.U. 0008014-37.2014.8.17.0000)

Impetrante: Luiz Paulo Vieira de Lima

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO DE MÉRITO

Objetiva o impetrante pela via estreita do 'writ' a concessão de liminar para que o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco autorize o fornecimento do prótese mandibular customizada com inclusão do componente têmporo-mandibular esquerdo.

O laudo médico trazido aos autos (fls. 26/27) não deixa margem a qualquer dúvida quanto ao estado de saúde do impetrante. Segundo informações, ele é portador de neoplasia benigna do osso da mandíbula (CID10: D16.5).

Por esse motivo, o cirurgião do Hospital do Câncer de Pernambuco, Rômulo Valente (CRO-PE 5683), indicou a necessidade da confecção de prótese mandibular customizada com inclusão do componente têmporo-mandibular esquerdo, feita sob medida a partir da aquisição de protótipo das imagens tomográficas do paciente, como a melhor opção de sua reabilitação bucofacial.

Cumprе ressalvar que o direito à vida, bem fundamental e inviolável, é garantido constitucionalmente, e, ao Ente Público cabe o dever de fornecer gratuitamente tratamento médico a pacientes que necessitem dele, tudo conforme os artigos 6º e 196, da Carta Magna. Isso porque, sem a vida, nenhum outro interesse possui significado ou proveito, devendo o Estado, assim, canalizar esforços para protegê-la e torná-la digna em todos os seus aspectos.

É o que se depreende do texto constante na Lei nº 8.080/90:

"Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

ESD



100

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):
I - a execução de ações:(...)
d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;"

Esse é o entendimento da Súmula nº 18 deste Egrégio Tribunal de Justiça:

"É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial."

Abaixo, julgado nesse sentido:

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA. CUSTEIO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DENOMINADO ARTROPLASTIA TOTAL DO JOELHO DIREITO E FORNECIMENTO GRATUITO DE PRÓTESE E DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS. OBRIGAÇÃO DO ESTADO. 1. De proêmio, afastou-se a alegação de inadequação da via eleita, eis que o Ministério Público é legitimado para ingressar em juízo em favor de pessoa idosa, nos termos da nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), bem como da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. 2. Na seqüência, rejeitou-se a preliminar de falta de interesse processual, eis que o autor/apelado acostou aos autos a prova da negativa de atendimento pelo Hospital Regional do Agreste, sendo certo que a paciente Ilda Cavalcante de Souza (substituída) apenas obteve a devida assistência médica-hospitalar em cumprimento à decisão judicial. 3. Ademais, o Estado/réu não se dispôs a acatar a pretensão formulada em sede judicial, inclusive contestando-a, pelo que resta patente a necessidade do autor/apelado (substituída) de recorrer à via judicial para buscar a proteção de seus direitos. 4. Afastou-se, ainda, a alegação de necessidade de citação dos litisconsortes passivos necessários (os pacientes da rede pública estadual de saúde que aguardam em lista de espera pela realização de cirurgias ortopédicas), eis que, nos termos do art. 47 do CPC, só há litisconsórcio necessário quando, por disposição de lei ou pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes, o que não é o caso dos autos. 5. A obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública (incluído a realização de cirurgia e fornecimento de prótese - à população carente) é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo (CF, art. 198). 6. No plano de fundo, é patente a gravidade da situação que acomete a paciente, atestada pelos 'laudos médicos' em anexo, pelo que o atendimento ao referido pleito na forma já deferida é indispensável à efetividade aos direitos à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, assegurados nos art. 5º e 196 da Constituição Federal. 7. Não se trata de prestação jurisdicional invasiva da seara administrativa, eis que a ordem deferida em primeiro grau

5



101

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

apenas determina o cumprimento de obrigação já adrede imposta pela própria Constituição da República. 8. Reexame necessário improvido, prejudicado o apelo voluntário.

(TJ-PE - APL: 12956420088170480 PE 0001295-64.2008.8.17.0480, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 13/12/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 02)

Dessa forma, dúvida não há de que compete ao Poder Público oferecer ao cidadão carente os tratamentos médicos de que necessite para ter assegurado seu direito à vida e à saúde, já que tais direitos compreendem um “mínimo existencial” necessário, sem o qual a dignidade da pessoa humana estaria intimamente violada.

Não há que se falar em violação aos princípios da legalidade, da igualdade e da reserva do possível. O que se pretende com a presente decisão é o cumprimento por parte do poder público do seu dever de zelar pela saúde da população.

Quando há um conflito entre exigências constitucionais formais e o direito à saúde, de regra, deve prevalecer este último. Como se trata de aplicação da Constituição Federal cabe ao Poder Judiciário vigiar seu cumprimento, principalmente quando há de se tutelar direitos como a vida e a saúde.

Em relação ao pedido de exclusão ou redução das astreintes, vejo que seu valor foi fixado em R\$ 1.000,00 (um mil reais). Não vislumbro excesso em tal numerário, pois a multa tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, bem como de evitar a mora injustificada do executado.

A quantia aplicada está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos. Ademais, se o recorrente cumpre a obrigação judicial, não há porque temer o valor arbitrado, a menos que uma redução o fizesse pensar no descumprimento da ordem, o que penso não ser o caso.

Segue decisão nessa linha:

CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CUJO SEGUIMENTO FOI DENEGADO VIA DECISÃO TERMINATIVA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. DEVER DO ESTADO EM FORNECER MEDICAMENTO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. IRRESIGNAÇÃO APENAS QUANTO AO VALOR FIXADO A TÍTULO DE ASTREINTES. DESCABIMENTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

6



102

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1.(...) 3.É entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça a possibilidade de fixação de multa contra Fazenda Pública quando se tratar de prestação de fazer, que pode se dá de ofício ou a requerimento da parte. É de se ver como possível a fixação da multa, mesmo em face da Fazenda Pública, como forma de compeli-la a cumprir a obrigação de fazer. 4. No presente caso, o valor de R\$ 1.000,00 a título de multa, entendo que é viável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente, criança e que está sofrendo com as oscilações glicêmicas provocadas pela doença. O remédio ajudará a controlar os picos de hipo e hiperglicemia que podem provocar sérias complicações, inclusive, levando o paciente à óbito. (...) 6. Tem-se, pois, que o intuito da multa é fazer com que o devedor cumpra a prestação pela qual foi obrigado. Se o fizer, nada será devido. Sendo assim, a fixação da multa não quer dizer que o Estado não cumpra as decisões judiciais. Tal imposição é uma forma de fazer com que o devedor cumpra com a sua obrigação de forma mais rápida, sob pena de se assim não fazer ter que pagar uma multa.(...) 8. À unanimidade, negou-se provimento ao Recurso de Agrav. (TJPE - AGV 2796498 PE 0015183-46.2012.8.17.0000 - Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público – 13/09/2012)

Em virtude do exposto, resta patente que o *periculum in mora* e *fumus boni juris* militam em favor do impetrante, posto que, em não se concedendo a segurança pleiteada, estar-se-ia violando a garantia constitucional do direito à vida e à saúde.

Ante o exposto, presente os requisitos do direito líquido e certo, **voto pela CONCESSÃO DA SEGURANÇA PLEITEADA**, o que faço em consonância com o parecer ministerial, prejudicada a análise do agravo regimental.

É como voto.

Recife, 24 de 09 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator